

8 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO – Município de Vinhais

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL – 501156003

ENDEREÇO – Paços do Concelho
Rua das Freiras, nº 13
5320-326 Vinhais

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

8.1.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A organização interna dos Serviços Municipais foi adoptada pelo modelo da estrutura mista, tendo sido a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços municipais orientada, nos termos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. De acordo com o disposto no art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Vinhais, em sessão ordinária, de 13 de dezembro de 2013, aprovou, o modelo de estrutura orgânica do Município de Vinhais, definindo o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária, datada de 4 de dezembro de 2013. De harmonia com o disposto no art.º 7.º, do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, a Câmara Municipal de Vinhais, em reunião de 4 de dezembro de 2013, aprovou, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, criou as unidades orgânicas flexíveis e definiu as respectivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal. Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 5, do art.º 10.º, do diploma





anteriormente mencionado foram criadas as subunidades orgânicas, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal de Vinhais.

8.1.4 – ATIVIDADE

Descrição sumária das Atividades:

As principais áreas de atuação da Câmara Municipal de Vinhais enquadram-se nas atribuições e competências definidas legalmente no anexo I à Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, nos seguintes domínios operacionais:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação, ensino e formação profissional;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos livres e desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação social;
- i) Habitação;
- j) Proteção civil;
- k) Ambiente e saneamento básico;
- l) Defesa do consumidor;
- m) Promoção do desenvolvimento;
- n) Ordenamento do território e urbanismo.

8.1.5 – RECURSOS HUMANOS

O órgão executivo, durante o ano de 2019, teve a seguinte composição:

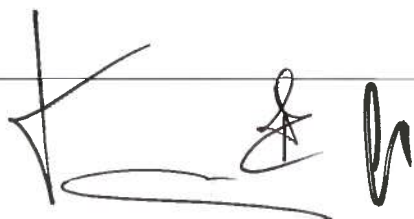
Cargo	Composição	Pelouro
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO	Lúis dos Santos Fernandes	Financeira; Pessoal; Obras Públicas; Juntas de Freguesia; Proteção Civil; Obras por administração direta; Armazém; Oficinas; Equipamentos; Relações Públicas e Comunicação Social. Cultura; Educação e Ensino, Turismo e Pessoal
VICE-PRESIDENTE	Martinho Magno Martins	Licenciamento de Obras Particulares; Urbanismo; Ambiente; Desenvolvimento Rural; Pessoal (diretamente ligado com os pelouros).
VEREADOR	Pedro Miguel Martins Miranda	Ação Social; Saúde; Transportes; Desporto e Tempos Livres e Pessoal (diretamente ligado com os pelouros).
VEREADOR	Márcia do Rosário Miranda Canado	Sem Pelouro
VEREADOR	Carlos Abel Almendra Frias Vieira	Sem Pelouro
VEREADOR	António Manuel Oliveira Fernandes	Sem Pelouro
VEREADOR	Margarida Garcia dos Santos Patrício	Sem Pelouro

8.1.6 – ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efectuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, estando esta última, ainda, em fase de implementação, em estrita obediência às determinações do POCAL. Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, na Unidade Geral de Administração e Finanças.

As atividades do Núcleo são asseguradas por:

- Contabilidade;
- Aprovisionamento;
- Património;
- Tesouraria.





O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, desenvolvida pela empresa MEDIDATA NET – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., sendo que as aplicações estão integradas entre si, contribuindo de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

8.1.7 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- FUNDOS MUNICIPAIS CONCEDIDOS AO MUNICÍPIO DE VINHAIS EM 2019

	Corrente	Capital
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.043.535,00	907.081,00
Artigo 35, N° 3 Lei 73/2013		661.715,00
Fundo Social Municipal	172.642,00	
Participação Fixa no IRS	93.592,00	

(Unidade: Euro)

- ENCARGOS FINANCEIROS

O Município de Vinhais, não teve qualquer encargo financeiro resultante de empréstimos contraídos pela empresa municipal e ou associações de municípios em que este participa.

8.2 – Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2019

Nota Introdutória

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Dec. Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, o Município de Vinhais apresenta assim as seguintes notas ao balanço e à demonstração de resultados, com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na percepção dos mesmos.

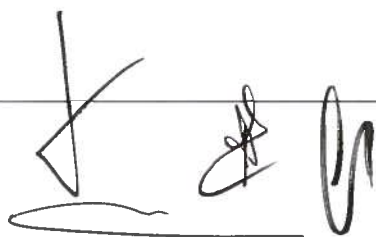
As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro. As notas apresentadas, correspondem à numeração definida no POCAL. Nas que a numeração se omite, não são aplicáveis ao Município ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados

As demonstrações financeiras do Município de Vinhais foram preparadas na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

- **Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado encontram-se, por regra, valorizados ao custo de aquisição, consideram-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual. No caso dos ativos do



imobilizado cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o seu valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza dos bens. No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o valor desta. Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste município, sempre que possível, são valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores. O método adotado para o cálculo das amortizações é o método das quotas constantes.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são definidos na lei, de acordo com o CIBE (Portaria 671/2000, de 17 de abril),

- **Existências**

As existências, compostas por mercadorias, matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. São movimentadas através do sistema de inventário permanente, sendo o método de custeio das saídas de armazém o Custo Médio Ponderado.

- **Dívidas de e a Terceiros.**

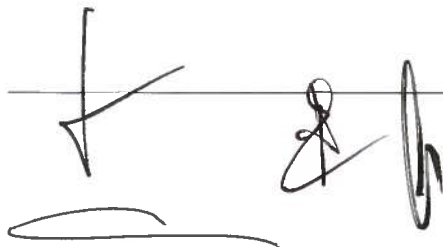
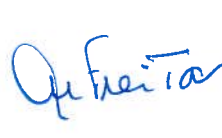
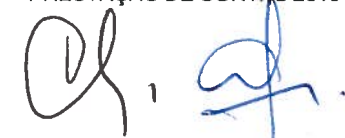
As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

- **Disponibilidades**

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e os montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações, de acordo com os seguintes quadros:

Ativo Bruto						
(Unidade: Euro)						
Rubricas	Saldo inicial	Reav.	Aumentos	Alien.	Transferências e abates	Saldo Final
Bens do domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	928 149,36					928 149,36
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	44 647 522,74		3 351 029,23			47 998 554,97
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens do Domínio Público	68 887,96					68 887,96
Imobilizações em curso	3 664 905,83		1 365 547,36		3 351 029,23	1 679 423,96
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
	49 309 465,89		4 716 576,59		3 351 029,23	50 675 013,25
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas investiga. desenvolvimento	2 007,10					2 007,10
Propriedade industrial outros direitos						
Imobilizações em curso						
Adiantamento por conta imob. incorpor.						
	2 007,10					2 007,10
Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	114 106,13		507 983,24		2 019,00	620 070,37
Edifícios e outras construções	11 981 009,17		1 744 062,22		750 665,32	12 974 406,07
Equipamento básico	2 015 907,24		61 279,55			2 077 186,79
Equipamento de transporte	1 258 665,56		68 188,11			1 326 853,67
Ferramentas e utensílios	593 940,23		7 925,13			601 865,36
Equipamento administrativo	1 193 650,08		54 267,27			1 248 217,35
Taras e vasilhames						
Outras imobilizações corpóreas	838 783,11		1 335,57			840 118,68
Imobilizações em curso	2 948 036,51		476 384,20		1 210 758,93	2 948 036,51
Adiantamento por conta imobilizações corpóreas						
	20 944 398,03		2 921 425,29		1 963 443,25	21 902 380,07
Investimentos Financeiros:						
Partes de capital	360 776,99					360 776,99
Obrigações e títulos de participação	434 223,00					434 223,00
investimentos em imóveis:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiantamento por conta de investimentos financeiros						
	794 999,99					794 999,99



Amortizações e Provisões				(Unidade: Euro)
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens do domínio público: Terrenos e recursos naturais Edifícios Outras construções e infra-estruturas Bens do património histórico, artístico e cultural Outros bens do Domínio Publico Imobilizações em curso Adiantamentos por conta de bens de domínio publico	24 071 887,50 66 293,67	1 508 565,41 312,27		25 580 452,91 66 605,94
	24 138 181,17	1 508 877,68		25 647 058,85
Imobilizações Incorpóreas: Despesas de instalação Despesas investiga. desenvolvimento Propriedade industrial outros direitos Imobilizações em curso Adiantamento por conta imob. incorpor.				
Imobilizações Corpóreas: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equipamento administrativo Taras e vasilhames Outras imobilizações corpóreas Imobilizações em curso Adiantamento por conta imobilizações corpóreas	3 309 630,73 1 837 735,21 1 138 823,00 520 034,58 1 108 623,73 450 708,18	505 978,20 59 841,99 43 404,77 16 901,68 37 073,74 51 707,53	71 872,78	3 743 736,15 1 897 577,20 1 182 227,77 536 936,26 1 145 697,47 502 415,71
	8 209 789,29	714 907,91	71 872,78	9 008 590,56
Investimentos Financeiros: Partes de capital Obrigações e títulos de participação Investimentos em imóveis: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Outras aplicações financeiras: Depósitos em instituições financeiras Títulos da dívida publica Outros títulos Imobilizações em curso Adiantamento por conta de investimentos financeiros				

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objecto de Amortização e Indicação das respectivas razões.

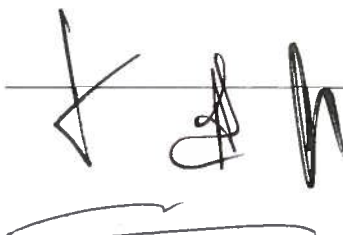
De acordo com as disposições legais constantes no CIBE não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público. Contudo, os bens que não foram ainda objecto de valorização, não estão considerados no imobilizado do activo bruto da Autarquia, os quais ainda não foram sujeitos a qualquer processo de inventariação adequada.

8.2.16 – Entidades Participadas

O município de Vinhais tem participação nas seguintes Entidades:

(Unidade: Euro)

Identificação da Entidade	Sede	% de Participação	Capital
Águas do Norte - Grupo de Águas de Portugal S.A.	Vila Real	0,53 %	28 000 000,00
Proruris, EEM	Vinhais	100 %	50 000,00
Carnes de Vinhais, Lda. (*)	Vinhais	100 %	50 000,00
Resíduos do Nordeste EIM, S.A.	Mirandela	5,932 %	50 000,00







8.2.22 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço.

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço é de 59 348,67 euros, que dizem respeito a receitas provenientes de cobrança de água (conta 21.8)

(Unidade: Euro)	
21.8 Clientes, contribuintes, utentes de cobrança duvidosa	59.348,67
21.8.1 Cobranças em atraso	2.180,48
21.8.2 Cobranças em litigio	57.168,19

Para o valor das dívidas em mora há mais de 12 meses, excluindo dívidas do Sector Público, foi constituída provisão no montante correspondente a 100% da dívida, e para o valor das dívidas em mora há mais de 6 meses foi constituída provisão no correspondente a 50% do valor da Dívida.

O mapa a seguir inserto reflete os movimentos ocorridos no exercício de 2019, relativos a Provisões.

Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobranças duvidosas	42.213,62	1.289,27	11.080,37	32.422,52



8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e os recibos para cobrança encontram-se expressos no mapa que se segue:

Código e designação das contas	Saldo da Gerência Anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções		1 114 325,37	66 857,39*	95 946,27		1 143 414,25
Recibos para Cobrança	52 054,65		32 182,14	62 925,54	59 348,67	
Total	52 054,65	1 114 325,37	230 465,01	120 988,91	59 348,67	1 143 414,25

(*) Inclui 10,00 € referente a uma caução acionada a favor do Município

Em relação ao quadro acima verifica-se que os fundos em poder do Município relativos a garantias e cauções são de um milhão cento e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e catorze euros e vinte e cinco cêntimos.

8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

O quadro seguinte explica os movimentos ocorridos no exercício nas Contas de Provisões:

Códigos das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões p/ Aplicações de Tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	42.213,62	1.289,27	11.080,37	32.422,52
292	Provisões para riscos e encargos				
39	Provisões p/ depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				



8.2.28 – Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma da classe 5 - «Fundo patrimonial», constante do balanço.

No ano de 2019 ocorreram os seguintes movimentos nas contas da classe 5 - «Fundo patrimonial»:

(Unidade: Euro)

Rubricas	Saldo Inicial	Reduções	Aumentos	Saldo Final
51 - Património	23 661 493,86			23 661 493,86
57 - Reservas	2.743.421,29			2.743.421,29
59 - Resultados Transitados	- 5.478.239,52	- 483.779,46	573.553,82	- 5.388.465,16

- **CONTA 51 – Património** – não foi efectuado qualquer movimento
- **CONTA 57 – Reservas** – não registou qualquer movimento
- **CONTA 59 – Resultados Transitados:**

(Unidade: Euro)

Justificação	Valor
Receitas referentes ao ano de 2018	50 240,21
Regularizações	523 313,61
TOTAL DOS AUMENTOS (Movimentos a crédito)	573 553,82
Faturas referentes ao ano de 2018	187 580,92
Outros custos referentes ao ano de 2018	35 907,22
Regularizações	208 463,33
Transferência do resultado líquido (negativo) do exercício de 2018	51 827,99
TOTAL DAS DIMINUIÇÕES (Movimentos a débito)	483 779,46



8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

(Unidade: Euro)

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências Inicial	73 501,73
Compras	286.869,53
Existências Finais	75 296,22
Custo do exercício	247.874,83

O critério valorimétrico utilizado na determinação do custo de saída das existências foi o custo médio ponderado.

O valor das existências iniciais e finais foi determinado através de contagem física às mesmas.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências de acordo com o princípio da prudência.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019



8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

(Unidade: Euro)

Códigos das contas	Custos e perdas	Exercício		Códigos das contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	27 455,32	26 737,69	781	Juros obtidos	1 313,37	1 726,84
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de Investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	637 781,83	627 709,43
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis			785	Diferença de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiras	5 861,31	5 683,33	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados Financeiros	605 015,25	597 015,25				
		639 095,20	629 436,27			639 095,20	629 436,27

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

(Unidade: Euro)

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de capital concedidas	523 402,32	641 385,30	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	439,28	536,00	793	Ganhos em Existências	147,17	879,65
694	Perdas em imobilizações	29 654,02	48 991,08	794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e Penalidades	1 282,50	5 033,38	795	Benefícios de penalidades contratuais	4 708,69	16 196,16
696	Aumento de amortizações e de provisões			796	Redução de amortizações e de provisões	11 080,37	36 932,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	24 194,93	20 355,28	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	4 984,15	9 281,86
698	Outros custos e perdas extraordinárias	2 748,99		798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	441 150,29	456 904,56
	Resultados Extraordinários	- 119 651,47	- 196 106,81				
		462 070,67	520 194,23			462 070,67	520 194,23



8.2.33 – Outras informações relevantes

O Município de Vinhais prestou no ano de 2008, uma garantia bancária, junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, a favor do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no valor de € 65 440,10, para garantir o pagamento solicitado pelo IGFSE, referente a um pedido de financiamento inserido no programa poefds 05/03. Aguardando-se decisão do processo por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

O referido pagamento, tem plano aprovado, o qual está a ser cumprido, trimestralmente. Para além da garantia acima mencionada, foram prestadas junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, as seguintes garantias:

Produto	Dívida Total	N.º Garantia	Tipo garantia	Garantia
MLP Bonif. Sect Publ.	53.956,46€	PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	495.066,77 €
MLP Bonif. Sect Publ.	12.587,22 €	PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	99.759,58 €

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

